



O Clube do Banguê – Banguê e as imagens do fim do *Apartheid*: o papel político do fotógrafo¹

Renata de Paula dos SANTOS²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Esse artigo busca contribuir com a análise do papel político do fotógrafo na cobertura de guerras. Partindo da premissa de que a fotografia não se trata de um meio de comunicação neutro, a narrativa almeja avaliar alguns aspectos do trabalho desenvolvido por Greg Marinovich, Ken Oosterbroek, Kevin Carter e João Silva – o chamado Clube do Banguê – Banguê – na Guerra dos Albergues. Esse confronto ocorreu na África do Sul, entre os anos de 1990 e 1994, constituindo a fase final do regime do *apartheid*, inserido em 1948. O período entre 1990 e 1994 é um marco histórico para o país, pois, refere-se ao ano em que Nelson Mandela foi liberto e o ano em que chegou à Presidência da República, na primeira eleição multirracial.

PALAVRAS – CHAVES: África do Sul; *apartheid*; Clube do Banguê – Banguê; papel político do fotógrafo.

INTRODUÇÃO

Para compreender a ação do *Clube do Banguê – Banguê*, é preciso conhecer, anteriormente, a realidade sócio – político – cultural da África do Sul e quais os mecanismos determinaram a manutenção do *apartheid* – entre eles, apoio internacional, para a manutenção da economia, e a negação plena da cidadania aos negros. Por isso, antes de falar em fotografia, é preciso falar em África, e comentar um pouco a respeito da realidade que o *Clube* ajudou a divulgar por meio de suas fotografias.

A segregação aos negros começou ainda na colonização, teve seu ápice com a instauração do *apartheid*, em 1948, e permanece até os dias atuais. Segundo Magnoli (1998), foi o sistema político e econômico da África do Sul, baseado na separação racial (*apartheid* significa desenvolvimento separado) que comprometeu toda a estrutura social do país e gerou o clima de instabilidade.

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ 04 Comunicação Audiovisual do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Jornalista recém formada pela Universidade Estadual de Londrina. Pós – graduanda em Comunicação Popular e Comunitária pela mesma instituição. renatapstos@hotmail.com



São diante desses conflitos e da *violência endêmica* (MARINOVICH; SILVA, 2003) que Greg Marinovich, Ken Oosterbroek, Kevin Carter e João Silva atuam. Em meio a uma guerra, qual o papel político do fotógrafo? A fotografia, enquanto meio de comunicação, é um reflexo da subjetividade do emissor. Formada pela tríade emissor – meio – receptor, entretanto, não é possível ignorar que foi a leitura feita pelo fotógrafo que estruturou a representação imagética. Assim como a escrita, a imagem fotográfica é o resultado da interpretação do repórter diante do fato.

A fotografia não se trata, portanto, de um retrato fiel e isento da realidade, mas de uma recorte opinativo e passível de manipulações de toda ordem (KOSSOY, 1989). O registro fotográfico documenta as personalidades do fotógrafo, o que ele viu e o que pensa ter visto. (MARTINS, 2008). E, diante de uma guerra, cada um tem o seu lado.

ÁFRICA DO SUL E A CONSOLIDAÇÃO DO APARTHEID

A instauração do *apartheid* data de 1948, permanecendo em vigor até 1994. Para efeitos metodológicos, o sistema de governo será dividido em quatro grandes fases, começando pelo Pequeno *Apartheid*, entre os anos de 1948 a 1966, seguido pelo Grande *Apartheid*, de 1966 a 1984, Neo – *Apartheid*, de 1984 a 1990, e a *Guerra dos Albergues*, entre os anos de 1990 e 1994, período de análise desse artigo.

O Pequeno *Apartheid* se caracterizou como a série inicial de medidas governamentais para a demarcação do território entre brancos e negros. A separação geográfica entre os dois povos tornou-se uma barreira à integração econômica dos negros, tendo em vista que os negros ocuparam as áreas mais periféricas do país. A primeira medida legal tomada pelo governo do *apartheid* foi a *Lei de Proibição de Casamentos Mistos (Prohibition of Mixed Marriages Act)*, de 1949. A medida interditava o matrimônio entre pessoas racialmente distintas. Na prática, o governo pretendia evitar o contato entre brancos e negros e reduzir o número de mestiços.

A edificação jurídica do sistema ocorreu em 1950, com o decreto da *Lei de Registro da População (Population Registration Act)*. Os sul-africanos foram *classificados* de acordo com aspectos raciais e linguísticos. (MAGNOLI, 1998). Com essa medida, a população foi dividida em brancos, negros, mestiços e asiáticos. Era por



meio dessa lei, que o governo *africânder* realizava a distribuição dos benefícios sociais. A redução ocorria de acordo com a cor da pele, nos extremos situavam – se os brancos (com a cidadania plena) e os negros (nenhuma forma de representação política, subempregos e condições precárias de educação e moradia). Segundo Carlin (2009), em ordem decrescente de privilégios estavam os brancos, mestiços, indianos (asiáticos) e negros.

O próximo passo para o fortalecimento do *apartheid* ocorreu ainda em 1950, com a *Lei das Áreas de Grupo (Group Areas Act)*. Por meio dessa determinação, posta em vigor 16 anos depois, tornava-se proibida a residência de habitantes em áreas destinadas a outros grupos étnicos. Em 1952, a medida foi intensificada com a *Lei de Circulação dos Nativos (Native Act)*. Por meio dessa sanção política, tornou-se obrigatório o porte de autorizações (passe ou passaporte) para a circulação em territórios em que o indivíduo não habitasse.

Datam desse período, ainda, a *Lei da Educação Negra (Black Education Act)*, de 1953; a *Lei de Serviços Públicos Separados (Reservation of Separate Act)*, do mesmo ano. Em 1957, com a *Lei da Imoralidade (Immorality Amendment Act)* tornou-se crime relações sexuais entre indivíduos racialmente distintos. Essa medida combinada a oferta de serviços públicos distintos, visava dificultar o estabelecimento de famílias inter – raciais.

O Grande *Apartheid* (1966 – 1984) se apresentou como uma série de práticas de segregação mais desenvolvidas e ambiciosas. Em 1971, foi implementada a *Lei de Constituição das Pátrias Banto (Bantu Homelands Constitution Act)*. Essa sanção política dividiu o território sul-africano em dez áreas, chamadas bantustões ou *homelands*, afastando a população negra, definitivamente, das áreas centrais.

O objetivo dessa lei era o de fragmentar a população negra em diversos territórios circundantes à nação *africânder*. Com essa prática, a possibilidade de mobilização dos negros era enfraquecida, bem como a cultura negra. Os bantustões foram importantes pilares no desenvolvimento do *apartheid*, mecanismo para a formação de um estado branco, plenamente desenvolvido, estabelecido na classificação racial. Segundo Magnoli (1998), durante o auge do regime, mais da metade da população negra habitava os distritos raciais.

Foi durante o Grande *Apartheid* que a África do Sul apresentou intenso desenvolvimento econômico. A população branca gozava de qualidade de vida semelhante aos países europeus. Tal feito só foi possível com o total descaso a que a



população negra estava submetida. Nas palavras de Carlin (2009, p. 48 – 49), a desigualdade social sul – africana pode ser descrita da seguinte forma,

Uma seca, um labirinto apinhado de casas que pareciam caixas de fósforos numa vastidão reta e árida; a outra era um oásis criado pelo homem, com salgueiros-chorões, gramados verdes como campos de golfe, jardins de rosas cuidadosamente tratados e grandes casas cujos donos não se intimidavam em sugar recursos do rio Orange, que corria ao lado. Uppington poderia ter sido quase mais graciosa, se fosse menos artificial, se todo aquele verde não parecesse uma ornamentação falsa em meio ao calor sufocante e à monotonia do deserto em torno, se não fosse um lugar onde os brancos rotineiramente chamassem os negros de nomes vergonhosos e ultrajantes como *kaffir* – a versão sul-africana para o ofensivo *nigger* dos Estados Unidos. (CARLIN, 2009, p.48 - 49).

A derrocada do *apartheid* tem início na década de 80 (Neo – *Apartheid*), por excessos do próprio sistema e pela pressão internacional. Os anos de 1984, 1985 e 1986 foram marcados por grandes mobilizações, manifestações e greves de militantes contrários ao governo vigente. A instabilidade política sul-africana e as sanções internacionais foram responsáveis pela insuficiência do sistema.

Nos anos seguintes, a política de segregação do *apartheid* entrou em declínio, o que representou a flexibilização de algumas medidas por parte do governo. O Neo – *Apartheid* foi uma medida que visava, a todo custo, impedir que a maioria numérica dos negros se convertesse em força política. Para isso, Magnoli (1998) descreve que o então presidente do país, *Pieter Botha*, estava disposto a reduzir o abismo social em que o *apartheid* se desenvolvera. Essa atitude seria um meio de manter o *Estado Africânder*, ainda que mais enfraquecido. A concessão de direitos aos negros visava introduzir, nessa parcela da população, o sentimento de participação social.

A libertação de Nelson Mandela, em fevereiro de 1990, foi reflexo da pressão internacional a que a África do Sul estava submetida. O país estava proibido de participar de competições esportivas internacionais e submetido a embargos econômicos norte-americanos.

A estrutura do *apartheid* culminou na construção de um país socialmente destruído. A intolerância não apenas separava brancos e negros, mas propiciou o enfretamento entre diversas tribos negras. A guerrilha dava-se



principalmente entre os *zulus*, militantes do *Inkatha*, e os *xhosas*, partidários do *CNA*. Esse período, chamado de *Guerra dos Albergues*, culminou em 14 mil mortes, em quatro anos. (MARINOVICH ; SILVA, 2003).

Os embates davam-se entre a população residente nos distritos (*xhosa*) e os habitantes dos albergues (homens que estavam fora de seus distritos a trabalho - *zulus*). A violência constante e a presença do Estado, enquanto apoiador do *Inkatha*, tornou as áreas de acesso entre os distritos *zulu* e *xhosa* intrafegáveis.

Entre os anos de 1990 e 1994, a África do Sul se preparava para a primeira eleição multirracial de sua história e para a formação de um governo constitucional participativo. A ação do governo de *Botha* visava enfraquecer o *CNA* e sua representação política, impedindo, assim, a vitória nas urnas. Esse foi o período em que Greg Marinovich, Ken Oosterbroek, Kevin Carter e João Silva – o *Clube do Banguê - Banguê* - estiveram na região. Nos relatos do grupo,

Milhares de membros do *Inkatha* foram treinados em tática de guerra pela polícia e pela direita em campos secretos. Líderes do *Inkatha* recebiam armas e dinheiro de unidades policiais secretas. Policiais brancos e negros ou membros das forças especiais eram vistos com frequência com agressores do *Inkatha*, e um policial branco chegou a depor, anos mais tarde, que participara de ataques em trens suburbanos disfarçado de negro e que mais tarde retornara ao local como investigador. (MARINOVICH; SILVA, 2003, p.111).

Com a eleição de Nelson Mandela para a Presidência da República, em 1994, o *apartheid* chegou ao fim. Com a criação da *Comissão de Reconciliação e Verdade*, responsável por o passado sul-africano e para a criação de um novo país reconheceu a existência de diversos crimes cometidos pelos *zulus* e pelos *xhosas*. O apoio estatal conferiu ao *Inkatha* o título de principal perpetrador não-estatal de abuso dos direitos humanos, além da responsabilidade por um terço de todas as violações relatadas. Segundo Marinovich e Silva (2003), para cada partidário do *Inkatha* morto, três do *CNA* perderam a vida.



AS DIVERSAS EXPRESSÕES DO NACIONALISMO SUL-AFRICANO

Mesmo antes da institucionalização do *apartheid*, o que Magnoli (1998) define por *racismo como instituição*, o voto censitário excluía a população negra, asiática e mestiça dos processos eleitores e espaços de decisão.

Nesse período, a África do Sul possuía um universo pluripartidarista, que foi extinto com o início do sistema excludente de governo. As expressões mais marcantes da realidade política sul-africana eram os brancos, com nacionalismo *africânder* e a militância negra no *Congresso Nacional Sul – Africano (CNA)*.

O objetivo dos *africânderes* era o de criar um estado branco, semelhante ao proposto por Hitler, no nazismo. Fundamentado nas glórias passadas e na tradição de seu povo, uma das bandeiras mais fortes desse movimento eram os preceitos anticomunistas.

O *CNA* era composto por representantes das famílias reais, em sua maioria advogados, médicos e religiosos anglicanos. O nacionalismo negro era marcado por forte influência do liberalismo inglês, tinha como base o progresso e o desenvolvimento das cidades. A principal meta do *CNA*, enquanto movimento político, era sentar-se como o governo vigente para discutir as medidas discriminatórias estatais. O *CNA* foi fundado por Nelson Mandela e Oliver Tambo.

Nos anos 70, Soweto tornou-se um distrito particular, um território de forte resistência ao *apartheid*, o berço do nacionalismo negro. Nesse período, os movimentos negros³ sofriam forte influência das revoluções ocorridas em Moçambique, Angola e Rodésia (atual Zimbábue). Soweto contava com mais de um milhão de habitantes e “a atmosfera pesava como chumbo”, (MAGNOLI, 1998, p. 62), em clima de desobediência e revolução. Em 1976, o distrito entrou em rebelião, como protesto à morte de um estudante durante uma mobilização pacífica contra o objetivo de tornar o *africânder* a segunda língua obrigatória no país.

Carlin (2009, p.119) pondera que o mais estranho a qualquer estrangeiro que visitasse a África do Sul não era a divisão (incitada pelo *apartheid*) entre direita (governo *africânder*) e esquerda (*CNA* e demais movimentos negros, mas a existência de uma *direita negra*). Para exemplificar tal situação, o autor narra a relação

³ A expressão *movimentos negros* refere-se a outras mobilizações políticas de origem negra e com intuito libertário, que não o *CNA*.



entre o partido negro *Inkatha*, seu líder *Mangosuthu Kwazuku* e *Pieter Botha* (presidente sul-africano). Nas palavras do autor,

O pequeno estado de Buthelezi seria cômico se não fosse uma ferramenta de Botha para conter a insurgência do povo. Orientado pelo brigadeiro do governo em Pretória, Buthelezi despachou suas forças *impi* (palavra em zulu para “batalhão”) contra a metade da população *zulu* urbana, que falava inglês e que apoiava o CNA, resultando em batalhas entre os dois lados que causaram milhares de mortes. O CNA e seus apoiadores acabaram detestando Buthelezi tanto quanto Botha, se não mais. Buthelezi temia, se Mandela um dia tomasse o poder, perder os privilégios políticos e econômicos derivados de sua cumplicidade com o Estado do *apartheid*. Ele também temia uma vingança sangrenta, assim como a direita branca, razão pela qual nenhum dos dois via qualquer benefício num processo de negociação cujo fim fosse um governo majoritário. (CARLIN, 2009, p.119).

É nesse momento, em que a instabilidade social assume os índices mais alarmantes no país que o *Clube do Banguê Banguê* iniciam os seus registros na África do Sul. Seria impossível nesse artigo apresentar todo o trabalho desenvolvido pelo grupo durante os quatro anos, para isso, buscaremos imagens e relatos documentados por Greg Marinovich e João Silva em *O Clube do Banguê-Banguê: instantâneos de uma guerra oculta* (Companhia das Letras, 2003), assim como suportes na historiografia do período.

A SUBJETIVIDADE FOTOGRÁFICA

Partindo da premissa de que a fotografia é um recorte espaço-temporal da realidade (BONI, 2000), conclui-se que esse meio é composto por características opinativas. O elemento fotográfico é intencional e permeado por marcações estéticas que refletem a opinião do emissor.

Ao entrar em contato com uma fotografia, o leitor entra em contato, simultaneamente, com a interpretação do fotógrafo diante do fato. Nessa perspectiva, Kossoy (1989) conceitua que além do registro visual documentar uma parcela da realidade, ele registra, também, o estado de espírito de seu emissor naquele momento.



Uma fotografia refere - se não só ao fato em si, mas aos sentimentos, os desejos e a ideologia do fotógrafo. Com a fixação da imagem no suporte, a interpretação do emissor estará imortalizada. Cada imagem fotográfica é o resultado de um processo específico, motivado por um contrato, por um desejo ou por qualquer outra razão.

Ao submeter dois repórteres fotográficos ao mesmo cenário, é sabido que os registros imagéticos serão distintos, já que a fotografia é composta pelos interesses individuais do emissor. Assim como os demais meios de comunicação, o emissor age como um filtro cultural. Dessa forma,

Toda e qualquer fotografia, além de ser resíduo do passado, é também um testemunho visual onde se pode detectar – tal como ocorre nos documentos escritos – não apenas os elementos constitutivos que lhe deram origem do ponto de vista material. No que toca à imagem fotográfica, uma série de dados poderão ser reveladores, posto que jamais mencionados pela linguagem escrita da história. Por outro lado, apesar de sua aparente credibilidade, nela também ocorrem omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda ordem. (KOSSOY, 1989, p.99).

Ao fotografar, o emissor obedece ao registro mental que ele mesmo criou antes do clique. Por isso, e por diversos argumentos citados até aqui, a fotografia não pode ser considerada registro fiel do real. Ainda que a fixação do fato no suporte traga mais credibilidade aos fatos, ou como disse Sontag (2003) torne o ocorrido “mais real”, a imagem fotográfica é representação. Dessa forma, assim como os documentos escritos, a fotografia traz personalidades de seu autor.

Segundo Borges (2003, p. 69), a imagem fotográfica não atua como reflexo da realidade retratada, mas como mediadora. A fotografia é constituída por estilos cognitivos próprios, referentes à ordem simbólica e à linguagem metafórica. Nas palavras da autora, o registro fotográfico cria novas formas de documentar a realidade, mas

Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor – sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos – sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante. (BORGES, 2003, p.69).



A imagem fotográfica, enquanto meio de documentar a realidade, não cumpre apenas o papel de ilustrar a escrita, mas a de indicar costumes, hábitos e a realidade de uma determinada época e a de firmar-se como elemento historiográfico.

O CLUBE DO BANGUE – BANGUE E O FOTOJORNALISMO DE GUERRA

O *Clube do Banguê – Banguê* era formado por quatro fotógrafos sul-africanos, Greg Marinovich, Ken Oosterbroek, Kevin Carter e João Silva. Entre os anos em que atuaram na África do Sul, o grupo recebeu dois *Pulitzer* e três *Ilford*, destinado ao repórter sul-africano do ano.

Como já foi dito até aqui, a fotografia é um meio passível de manipulação. Ao se tratar de fotojornalismo, a representação escolhida pelo emissor diz muito de sua formação ideológica. Em *O Clube do Banguê – Banguê*: instantâneos de uma guerra oculta (Companhia das Letras, 2003), os autores Greg Marinovich e João Silva descrevem a tentativa do governo sul-africano de enfraquecer a candidatura de Nelson Mandela à presidência, com a utilização de uma fotografia. Para os autores, essa medida pode ser explicada pela aliança entre o partido *africânder* e o *Inkatha*. A série de fotografias registrava o momento em que partidários do CNA atacavam Lindsaye Tshabalala, suposto militante *Inkatha*. Na descrição de Marinovich e Silva (2003, p. 53):

Na África do Sul, a violência das fotos teve um efeito explosivo. O governo sul-africano viu na morte de Lindsaye Tshabalala a oportunidade perfeita de retratar o CNA como um grupo de assassinos a quem jamais se poderia confiar a liderança do país. Em poucos dias, a polícia procurou o escritório da AP⁴ em Joanesburgo para saber se eu entregaria as fotos, para que pudessem identificar os criminosos. Também seria necessário eu comparecer a um tribunal para atestar a autenticidade das fotos, a fim que elas pudessem ser apresentadas como provas. A polícia não havia contatado a AP nem os jornais locais por causa das minhas fotos dos guerreiros do Inkatha matando o suposto partidário do CNA no mês anterior – presumivelmente não era

⁴ Associated Press.



de interesse do Estado sul-africano processar aliados.
(MARINOVICH; SILVA, 2003, p.53).

A intenção do governo após o conhecimento da existência dessas imagens, foi a de enfraquecer a candidatura de Mandela à Presidência. Marinovich não se apresentou para atestar a autenticidade dos registros, no intuito de não torná-los armas para o favorecimento estatal.

Para a análise, é importante registrar que os quatro fotografos pertencentes ao *Clube do Banguê – Banguê* eram sul-africanos, de origem branca e que já conviviam com o sistema do *apartheid* antes mesmo da formação do grupo.

As imagens (Figura 1 e Figura 2) a que o trecho acima se refere foram registradas em 15 de setembro de 1990, por Greg Marinovich. Foram essas fotografias as vencedoras do *Pulitzer*, em 1990, na categoria Reportagem.

Segundo Marinovich e Silva (2003), essa série de reportagem foi vendida para as agências *Sygya* e *Associated Press*. Com base nas imagens (Figura 1 e Figura 2) e as descrições dos autores, é possível afirmar que o governo do *apartheid* trabalhava no intuito de desqualificar as fotografias, suscitando a ideia de montagem e ficção.

É possível observar pela leitura das próprias imagens e das memórias de Marinovich e Silva que o posicionamento do grupo era contrário à ordem do *apartheid*. Em alguns momentos, durante a construção do texto, os autores informam ao leitor que *ao contrário de todos nós, Ken não se sentia à vontade com negros* (MARINOVICH; SILVA, 2003, p.72), para demarcar sua noção de contrariedade à atitude do companheiro, Marinovich completa a frase dizendo *e, por causa disso, no começo eu evitava trabalhar muito com ele* (MARINOVICH; SILVA, 2003, p.72). Essa demarcação política é recorrente na narrativa, principalmente no que diz respeito a Greg Marinovich⁵.

⁵ Esse comportamento é mais perceptível em Marinovich, já que o livro foi escrito por ele. A função de João Silva foi mais de auxiliar na organização e na condução dos fatos. No que diz respeito a Ken Oosterbroek, apesar de seu comportamento racista, não foram encontrados em seus registros fotográficos inclinações favoráveis ao governo.



Figura 1 - Partidário do CNA prepara-se para esfaquear Lindsaye Tshabalala, suspeito de militar no Inkatha

Fotografia: Greg Marinovich

Fonte: Marinovich e Silva (2003)



Figura 2 - Com o corpo em chamas, Lindsaye Tshabalala é atingido com um golpe de machete no crânio, enquanto um menino corre

Fotografia: Greg Marinovich

Fonte: Marinovich e Silva (2003)

Nesse artigo, a posição política não será demarcada no que diz respeito à filiação partidária ou a militância em sistemas, mas a postura dos fotógrafos em relação ao *apartheid*. Vale ressaltar que a forma de governo implantada na África do Sul afetou, de uma maneira muito intensa, o seu desenvolvimento político, econômico e social. Magnoli (1998) chega a dizer que o *apartheid* não confrontou apenas brancos contra negros, mas afetou toda a sociedade. Portanto, o posicionamento de Marinovich em relação ao trecho citado acima, a recusa ao convite de amparar o governo sul-



africano e as figuras 1 e 2 não tiveram o mérito de apoiar o *CNA*, em contraposição ao Estado e ao *Inkatha*, nem de banalizar o assassinato. Mas, o de não permitir que o governo se apropriasse de um fato trágico para a inversão total da ordem do sistema e se perpetuasse no poder. O *Clube* reconhecia que toda a instabilidade social a que a África do Sul estava submetida era fruto do *apartheid*.

O papel político dos fotógrafos durante a *Guerra dos Albergues* demonstrou, pelos registros fotográficos, todos os integrantes nessa disputa. Foram retratados assassinatos cometidos pelos *xhosas*, *zulus*, *africânderes*, homens e mulheres.... A figura 3, registrada por Kevin Carter, em 1994, relata a abordagem de policiais a partidários do governo. Essa fotografia, reforça o clima de instabilidade descrito por Marinovich e Silva (2003), não havia mais motivo para os assassinatos, eles simplesmente aconteciam. Segundo os autores, a violência havia se tornado algo natural.



Figura 3 – Policiais sul-africanos abordam membros da extrema direita africânder, em março de 1994. O registro se refere a instantes anteriores à execução

Fotografia: Kevin Carter

Fonte: Marinovich e Silva (2003)

A figura 4 apresenta a fuga dos policiais (registrados à esquerda da imagem), logo após o assassinato.



Figura 4– *Policiais sul-africanos fogem após o assassinato de partidários da extrema direita.*

Fotografia: *Greg Marinovich*

Fonte: *Marinovich e Silva (2003)*

O jornal sul-africano *The Star*, conhecido por seus viés anti-*apartheid*, chegou a sugerir ao fotógrafo João Silva que parasse de cobrir a violência nos distritos. Greg Marinovich destacou a importância do *Clube do Banguê – Banguê* enquanto fonte de oposição ao governo quanto a verdade dos trechos. O autor chegou a afirmar que

Sem as nossas fotos, a única fonte de informação sobre o massacre teriam sido os porta-vozes da polícia e os partidos políticos. Os editores de muitas organizações jornalísticas nacionais e estrangeiras ainda aceitavam como verdadeiros os relatórios policiais, embora fosse evidente que a polícia era parte do problema. Lembro de enfurecidas discussões com Renfrew, quando ele ainda era chefe do escritório da *AP*, sobre o envolvimento da polícia e dos militares nos assassinatos. Tratando-me com muita condescendência, ele me acusava de ser politicamente tendencioso e ingênuo. Mas a *AP* e quase todos os veículos de imprensa optaram por acreditar na propaganda do governo. O público teria sido informado sobre mais um massacre por meio das pessoas que, na verdade, estavam envolvidas em muitas das mortes, conforme ficaria provado anos mais tarde. A impressão era que o público nacional e internacional parecia bastante propenso a acreditar que pessoas que à vezes se vestiam com peles e não sabiam falar inglês corretamente deviam ser gente bárbara, enquanto os políticos e os funcionários brancos, que falavam com tanta lógica e mantinham os trens circulando no horário, não poderiam jamais estar implicados nos crimes. (MARINOVICH; SILVA, 2003, p.85 – 86).



Percebe-se, com base nos relatos e na historiografia do *apartheid* que a dominação do sistema se estendia a todas as instituições estatais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas imagens, *corpus* de análise desse artigo, e na historiografia do período, é possível perceber que o partido *africânder* incitava os atos de violência cometidos durante a *Guerra dos Albergues*. Considera-se, portanto, que as fotografias, assim como os relatos históricos estavam permeados pela carga subjetiva de seus autores. Dessa forma, o papel político do *Clube do Banguê – Banguê* foi o de transgressão à ordem vigente.

O registro de assassinatos cometidos pelas mais diversas etnias sul-africana e pelo próprio governo não se configura como manipulação da realidade, mas como a documentação de diversos agentes em uma mesma guerra. Nesse caso, o registro e a documentação desses fatos se materializa como oposição ao sistema, que tinha o intuito de ocultar essa realidade. Não se trata de militância ao *CNA*, mas de indignação à forma como o governo dirigia o país.

Os registros do *Clube*, tanto os imagéticos quanto os verbais, assim como a historiografia e os conceitos fotográficos aplicados nesse trabalho não são suficientes para documentar o *apartheid*, nem mesmo o recorte de quatro anos, a que esse artigo timidamente se dispõem a fazer. Não foi intuito da pesquisa, também, classificar o grupo em uma corrente político partidária, mas o de demonstrar o trabalho jornalístico como um ato político e ideológico de seu autor. Qual a maior contribuição do *Clube do Banguê – Banguê*, então? O de mostrar, ao mundo, muito mais do que era mostrado. Ou naquilo que Marinovich costumava acreditar que “estávamos convencidos de que a única maneira de cessar aquela matança era mostrar aqueles mortos, mostrar o que realmente significava aquela contagem diária de corpos.” (MARINOVICH; SILVA, 2003, p. 85).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). ECA/USP, São Paulo.



BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARLIN, John. **Conquistando o Inimigo** – Nelson Mandela e o jogo que uniu a África do Sul. Tradução de Teresa Carneiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

MAGNOLI, Demétrio. **África do Sul: o racismo como instituição** – conflitos internos e pressões externas. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MARINOVICH, Greg; SILVA, João. **O Clube do Banguê-Banguê**: instantâneos de uma guerra oculta. Tradução de Manoel Paulo Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo Ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.